

Dezembro 2022/23



PENSAMENTO CRÍTICO

Relatório Final Individual

Docente:
Professora Doutora Marta Pereira de Lima de Mello e Sampayo Goulão

Licenciatura em Ciência de Dados
Turma: CDA1
Ano letivo 2022/2023
1º semestre

Marco Delgado Esperança nº 110451

Índice

Introdução	3
Resposta às questões colocadas	4
1.1. Análise do texto	4
1.2. Análise da qualidade de argumentação.....	5
2.1. Texto argumentativo sobre o tema “Concorda com a colocação de câmaras de vigilância nos locais públicos das cidades portuguesas?”	6
Conclusão	7
Referências	8

Introdução

No nosso dia-a-dia somos deparados com a necessidade de pensar criticamente nos mais diversos setores da sociedade.

O pensamento crítico é um processo que consiste em questionar e criticar de forma lógica, construtiva, organizada, metódica e sistemática a realidade em geral e, em particular, os argumentos de uma mensagem transmitida oralmente, por escrito ou por outro meio. Assim, ao pensarmos criticamente estamos mais aptos a ser independentes perante algo que nos é apresentado e fornecer um ponto de vista que, à primeira vista, pode não ser o mais óbvio para um determinado problema.

Neste sentido, surge a Unidade Curricular de Pensamento Crítico que é uma das UCs que faz parte do Núcleo de Competências Transversais (LCT-Iscte). Fazendo parte do LCT-Iscte, permite adquirir e desenvolver competências genéricas (*soft skills*), que a par dos conhecimentos específicos de cada área científica, facilita a integração no mercado de trabalho e promove uma cidadania sustentável, meta fundamental do Processo de Bolonha.

Os objetivos de Pensamento Crítico passam por compreender a importância do pensamento crítico na vida académica e profissional, identificar e analisar os elementos de um argumento simples e complexo, reconhecer erros no discurso quotidiano, avaliar a qualidade de argumentos e textos argumentativos, assim como criar argumentos simples e complexos em debate oral e produção escrita.

Neste trabalho procurarei mobilizar os conhecimentos adquiridos nesta Unidade Curricular para analisar o caso proposto, nomeadamente, o texto em função das características de um argumento, a qualidade de argumentação e, por fim, realizando um texto argumentativo a defender a existência de câmaras de vigilância em locais públicos das cidades portuguesas.

Resposta às questões colocadas

1.1. Análise do texto

O texto analisado apresenta o ponto de vista do autor Manuel Loff relativamente aos refugiados e os “valores europeus”. Primeiramente, é apresentado um argumento complexo no qual o autor tem uma conclusão final alusiva à opinião do autor que refere que “(...) o nosso problema não são os refugiados. É a hipocrisia.” (Loff, 2015). Esta conclusão utiliza como premissas as conclusões de argumento simples, conclusões intermédias, apresentadas no texto pelo autor. Assim, este está estruturado de modo a ser primeiro apresentado a opinião do autor e, em seguida, os argumentos que a apoiam.

O primeiro argumento tem como premissas dois exemplos dados pelo autor: em primeiro lugar, refere-se que Paulo Portas fala dos jovens imigrantes como jovens reprodutores numa sociedade em que tal é necessário e que, de acordo com António Costa, são bons para ajudar a “(...) tomar conta da floresta que arde (...)” (Loff, 2015). Estas premissas são utilizadas para suportar a opinião do autor de que os políticos veem os refugiados como um meio para atingir um fim, isto é, algo proveitoso enquanto falam de direitos humanos e de valores europeus.

Seguidamente, o autor refere que acredita que a sociedade se deixou sensibilizar pelos problemas na Síria e que, ainda assim, não houve alterações significativas. A partir desta conclusão intermédia evidenciam-se três factos: o de que os refugiados que entram na Europa com estatuto de perseguidos são acusados de mentir, o facto de serem enviados para centros de internamento à espera de que comuniquem a decisão e por os países mais ricos do Norte defenderem políticas de encerramento das fronteiras que culminam em discursos racistas.

A última conclusão intermédia estabelece que muitos dirigentes europeus apesar de se afirmarem como disponíveis para acolher migrantes, têm testemunhos e praticam ações que provam o contrário. Para ilustrar esta situação, refere-se que Merkel afirmou que o multiculturalismo não funciona, ideia reforçada por Viktor Órban que disse que “se deixarmos entrar toda a gente, será o fim da Europa”, mostrando-se totalmente contra o acolhimento de refugiados. Para além disso, para apoiar este argumento, é mencionado que, em Portugal, Paulo Portas refere o seu país como um país de acolhimento, mas mostra o contrário, por exemplo, quando afirmou que a entrada de migrantes significaria um “ciclo perigoso de conflitualidade social”, justificando também a rejeição da entrada dos migrantes com o desemprego.

Em suma, o texto analisado é argumentativo, no qual é exposto o ponto de vista do autor.

1.2. Análise da qualidade de argumentação

Neste texto argumentativo é de notar a existência de um fio condutor, de modo a haver uma ordem racional, sendo mais fácil para o leitor compreender o conteúdo. As ideias são apresentadas de forma lógica, isto é, primeiro é apresentado o ponto de vista do autor através da conclusão principal e depois os argumentos que a sustentam. Contudo, a argumentação do autor apresenta algumas falácias que serão desenvolvidas abaixo, que põe em causa a qualidade da sua argumentação.

Verifica-se que é recorrentemente utilizada a falácia de linguagem emotiva, de forma a enfatizar as injustiças que os refugiados passam e que vão contra os valores europeus. Dois exemplos desta falácia são “Apressam-se a falar de direitos humanos, “valores europeus”, solidariedade, ao mesmo tempo que veiculam uma leitura utilitária, indigna, dos migrantes” e “Por cá, Paulo Portas falava “daquela criança” referindo-se ao pobre Aylan, três anos de idade, filmado de bruços, morto, numa praia turca, para garantir que “a Europa ou é o que são os seus valores ou não é nada””. No primeiro exemplo apresentado, utiliza-se a palavra “indigna” para reforçar a forma desumana como os migrantes são tratados, especialmente à luz dos valores europeus. No segundo exemplo, recorre-se à palavra “pobre” para enaltecer os esforços da criança na tentativa de sobreviver, ainda que tenham sido infrutíferos, culminando com a sua morte, tentando que o leitor se emocione com o acontecimento.

É possível encontrar a falácia de pressupostos não suportados por evidências, presente no seguinte excerto “Até hoje, todos aqueles que, chegando à Europa, ficam retidos num aeroporto, numa ilha italiana ou grega, nas lâminas do arame farpado de Ceuta e de Melilla, na fronteira húngara (ou, para falar de outro muro, na fronteira do Texas), sempre que invocaram o estatuto de perseguido e pediram asilo político, foram sempre suspeitos de mentir, de “apenas” pretender melhorar as suas condições de vida “à custa de quem cá vive””. A utilização da palavra “todos” é incorreta, pois não existem evidências claras dessa realidade, assim como também não podemos ter a certeza de que os refugiados procuram asilo nos territórios enumerados pelo autor.

Apesar das falácias cometidas, o autor é claro na apresentação dos seus argumentos, referindo, logo no início, que a culpa de não aceitação dos refugiados não é dos refugiados, mas sim da sociedade hipócrita.

Finalmente, quanto à consistência lógica, as premissas suportam a conclusão, ainda que estas pudessem estar melhor organizadas para fortalecer a estrutura da argumentação.

2.1. Texto argumentativo sobre o tema “Concorda com a colocação de câmaras de vigilância nos locais públicos das cidades portuguesas?”

É importante tomar medidas de modo a contrariar o aumento do sentimento de insegurança que invade a sociedade. Assim sendo, considera-se útil a instalação de câmaras de videovigilância nas ruas dos centros das cidades portuguesas com maior índice de criminalidade.

A vigilância nos espaços públicos tem um efeito positivo na redução do medo do crime e o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos que acreditam na sua eficácia. Isto deve-se ao facto de a sociedade saber que tudo é controlado e que um ato ilícito é gravado.

Podemos deduzir que o uso destes dispositivos poderia potenciar o controlo social informal e alargar o campo de visão do Homem na prevenção de crimes porque este é visto pelos residentes como um complemento das autoridades para a segurança pública, e, assim, ficam mais atentos ao problema. Além disto, considerando que o criminoso toma conhecimento de que está sob vigilância e que admite que as câmaras podem conduzir à sua identificação é induzida na consciência destes o aumento de risco da sua detenção.

A verdade é que a videovigilância numa zona também tem benefícios para as zonas na proximidade, oferecendo uma maior segurança às zonas envolventes.

No entanto, este é um tema que gera controvérsia pela existência de desvantagens. A vigilância e o controlo da população põem em causa a liberdade de cada um e os diversos direitos da sociedade. O direito à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à autodeterminação informativa são alguns dos direitos que deixariam de ser garantidos. Do mesmo modo, por estarem a ser vigiadas, as pessoas iriam condicionar o seu comportamento de forma inconsciente.

Considerando, os pontos apresentados anteriormente, prova-se a posição apresentada de que é importante a instalação de câmaras de vigilância nas ruas dos centros das cidades portuguesas, na medida em que a insegurança traz mais consequências que o próprio crime e que é fundamental garantir-se a paz social.

Conclusão

Considero que esta unidade curricular foi muito dinâmica e interessante na exploração de conteúdos transversais ao mercado de trabalho. Um dos aspetos que mais gostei desta UC e que é comum a todas as UCs do Núcleo de Competências Transversais foi o facto de poder conviver com estudantes de licenciaturas diferentes, uma vez que há o cruzamento de *mindsets* diferentes na análise de problemas. O conteúdo que mais gostei foi a exploração da argumentação no debate final, onde pôs-se em prática as boas técnicas argumentativas entre pontos de vistas antagónicos sobre o mundial do Qatar.

Em suma, no caso apresentado encontrei algumas falhas na argumentação que põe em causa a sua qualidade, assim como elaborei um texto argumentativo a defender a existência de câmaras de vigilância em locais públicos das cidades portuguesas.

Referências

Henriques, A. (2011). Instalar câmaras de vídeo para vigiar locais públicos vai passar a ser mais fácil. Consultado a 23 de dezembro de 2020. Retirado de: <https://www.publico.pt/2011/11/10/jornal/instalar-camaras-de-video-para-vigiar-locais-publicos-vai-passar-a-ser-mais-facil-23389548>